

Tecnologia policial na Operação Galileu

Um caso famoso no Distrito Federal também contou com a ajuda da análise de vínculo. A Operação Galileu foi uma das maiores ações policiais já realizadas pela Polícia Civil na capital da República. No dia 22 de maio de 2005, a polícia cumpriu mais de cem mandados de prisão expedidos pelo Tribunal de Justiça do DF.

Entre as prisões, 48 ocorreram no DF e nove em Mato Grosso, a maioria em locais onde se realizava o concurso público para agente penitenciário federal, elaborado pelo Centro de Seleção e de Promoção de Eventos (Cespe) da Universidade de Brasília (UnB). A investigação da Divisão de Combate ao Crime Organizado (Deco) começou em 2004 durante o processo seletivo da própria Polícia Civil. Era para ser um trabalho de prevenção, mas os agentes descobriram uma rede de profissionais (veja *infografia ao lado*) especializada em fraudes de concursos organizados por diversas entidades, principalmente o Cespe.

Segundo o diretor do Departamento de Atividades Especiais (Depate), delegado Celso Ferro, o poder tecnológico da polícia, que já contava com o software que determina a ligação entre suspeitos de uma determinada organização criminosa foi essencial para o sucesso da operação. "O programa ajudou a definir a participação de cada suspeito no esquema e até a quantidade de vezes que eles se comunicavam pelo telefone."

Para se ter idéia da funcionalidade do programa, um agente levaria dias para analisar calhamações que fazem parte das listas de contatos telefônicos conseguidos com a quebra de sigilo telefônico dos suspeitos. "O software faz todo esse trabalho em poucos segundos."

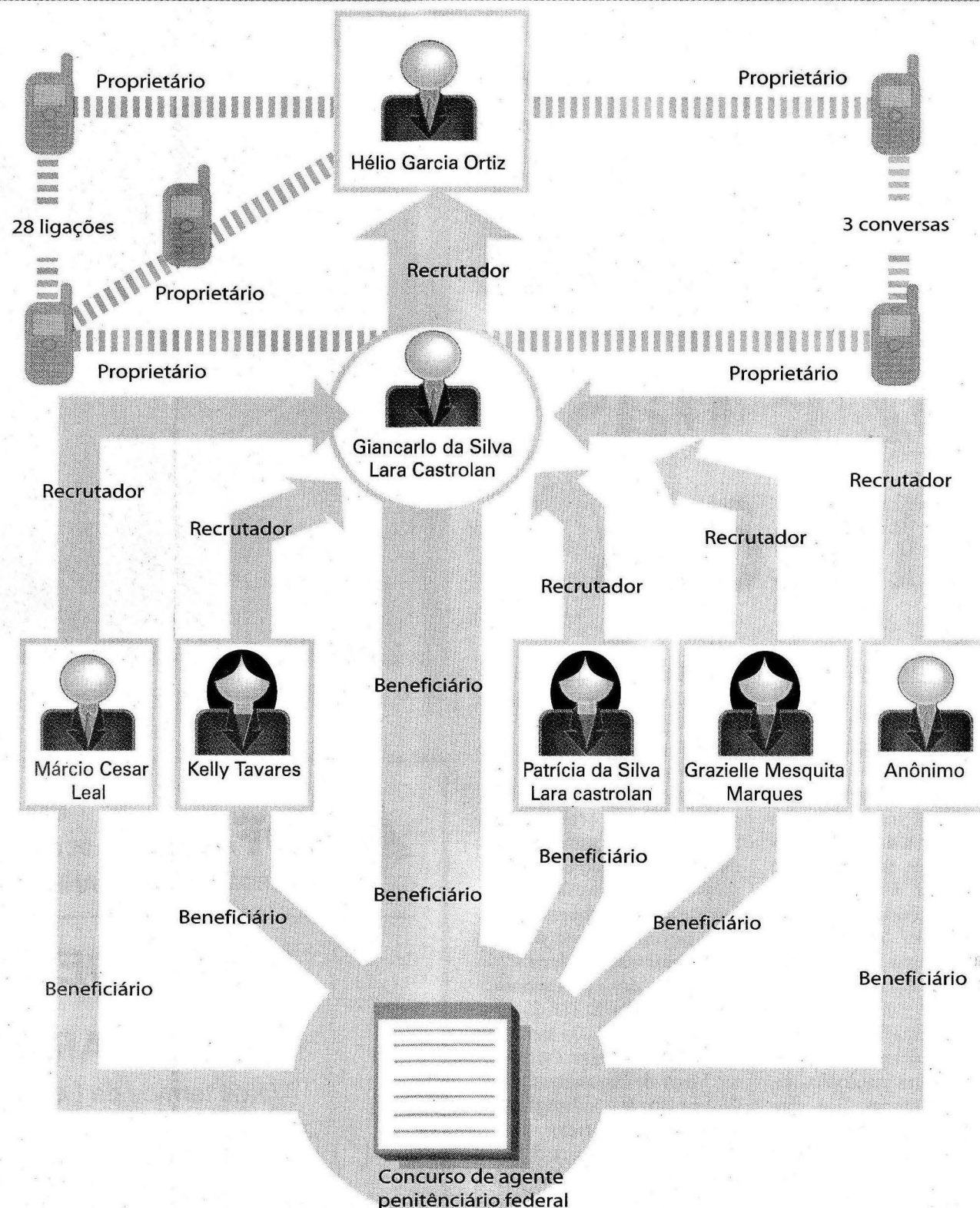
O programa ajudou a definir a participação de cada suspeito e até a quantidade de vezes que se comunicavam pelo telefone

DELEGADO CELSO FERRO,
DIRETOR DO DEPATE

Na Operação Galileu, os policiais coletaram provas de que, pelo menos, 12 concursos, em vários estados, foram fraudados pela quadrilha. Entre os acusados de participar do bando estavam 17 funcionários do TJDF, oficiais de alta patente da Polícia Militar do DF e de Goiás, e agentes da Polícia Civil brasileira, além de outros órgãos do Poder Executivo. A análise de vínculo foi usada para traçar a conexão entre cada um deles.

No topo da cadeia do organograma montado no computador, apareceu Hélio Garcia Ortiz, então funcionário do Tribunal de Justiça do DF, como o líder da quadrilha. Em depoimento à época, ele disse que o esquema existia em, pelo menos, quatro estados: Goiás, Paraná, São Paulo e Mato Grosso. E confirmou a participação de funcionários do Cespe na fraude. O técnico judiciário Aléssio Alberto Gomes também apareceu na análise de vínculo como braço direito de Ortiz. Ele teria acesso a informações do Cespe. Dezesseis servidores acusados de fraudar o exame do Tribunal de Justiça do DF em 2003 foram afastados dos cargos.

Teia de relações



■ O programa de computador que possibilita a identificação dos integrantes das quadrilhas e suas funções em esquemas criminosos ajudou nas investigações que culminaram na Operação Galileu.

■ Todo o *modus operandi* do grupo foi definido pelo software, incluindo o número de ligações entre os recrutadores, pessoas que compravam as provas e os líderes do bando, como o ex-funcionário do TJDF, Hélio Garcia Ortiz.